

Porto Alegre, 21 de outubro de 2016.

**RESOLUÇÃO CREF2/RS N° 113/2016**

*Fixa os valores das multas (penalidades) devidas ao Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região e dá outras providências.*

**A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS** – no uso de suas atribuições estatutárias;

**CONSIDERANDO** a Lei Ordinária Federal 9.696, 1º de setembro de 1998;

**CONSIDERANDO** o inciso I do art. 4º da Lei Ordinária Federal 12.514, 28 de outubro de 2011;

**CONSIDERANDO** o art. 2º da Lei nº 11.000/2004;

**CONSIDERANDO** as disposições contidas na Resolução CONFEEF nº 321/2016;

**CONSIDERANDO** as disposições contidas nas Resoluções CONFEEF nº 307/2015;

**CONSIDERANDO** as disposições contidas nas Resoluções CONFEEF nº 264/2013;

**CONSIDERANDO** as disposições contidas no Estatuto do CREF2/RS - Resolução nº 111/2016;

**CONSIDERANDO** a deliberação em Reunião Plenária do CREF2/RS nº 173, do dia 21 de Outubro de 2016;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fixar os valores das multas (penalidades) a serem aplicadas às Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas após o competente Processo Administrativo/Ético com trânsito em julgado.

**Art. 2º** A penalidade multa será aplicada às Pessoas Físicas nos seguintes casos:

INFRAÇÃO COMETIDA	LEGISLAÇÃO INFRINGIDA	NATUREZA
Profissional em atividade com registro suspenso ou baixado.	Lei Federal 9.696/1998, Estatuto do CREF2/RS e Código de Ética;	GRAVE
Responsável Técnico descumprindo obrigações inerentes à função	Resoluções CONFEEF 134/2007, 224/2012 e Código de Ética;	GRAVÍSSIMA
Profissional exercendo atividade fora da área de atuação	Lei Federal 9.696/1998, Resoluções CNE e CFE 01 e 02/02, 07/04 e 03/07, Resolução do CONFEEF 045/02;	GRAVE
Sonegação de informações/documentos e/ou embaraço à Fiscalização	Código de Ética e Estatuto do CREF2/RS;	GRAVÍSSIMA
Desacatar Agente de Orientação e Fiscalização ou funcionário a serviço da fiscalização.	Código de Ética, Estatuto do CREF2/RS e Código Penal Brasileiro;	GRAVÍSSIMA
Outras Infrações ao Código de Ética conforme artigos 6º, 7º, 8º e 9º	Código de Ética e Estatuto do CREF2/RS;	GRAVÍSSIMA

**Art. 3º** A penalidade multa será aplicada às Pessoas Jurídicas de qualquer natureza e às salas de atividade física (SAF), nos seguintes casos:

INFRAÇÃO COMETIDA	LEGISLAÇÃO INFRINGIDA	NATUREZA
Quadro de Profissionais desatualizado	Lei Federal 9.696/1998; Resolução CONFEEF 021/2000;	LEVE

Em situação irregular com o CREF2/RS	Lei Federal 12.197/2010; Estatuto CREF2/RS;	<b>LEVE</b>
Instalações irregulares	Resoluções CONFEF 021/2000 e 052/2002;	<b>GRAVE</b>
Sem Certificado de Funcionamento/Autônomo e/ou vencido	Resolução CONFEF 052/2002 e legislação municipal competente;	<b>GRAVE</b>
Sem Responsável Técnico cadastrado ou cadastro desatualizado ou ausente	Lei Federal 9.696/1998 e Lei Estadual 11.721/2002;	<b>GRAVE</b>
Permitir atuação de diplomado em Educação Física sem registro	Lei Federal 9.696/98 e Lei Estadual 11.721/02. Resolução CONFEF 021/2000;	<b>GRAVÍSSIMA</b>
Permitir atuação de Pessoa Física exercendo atividade de Profissional de Educação Física	Exercício ilegal da profissão - Lei Federal 9.696/1998; Art.47 Lei Contravenções Penais (Decreto Lei 3.688/1941); Lei Estadual 11.721/2002;	<b>GRAVÍSSIMA</b>
Permitir atuação de Profissional em situação irregular	Leis Fed. 12.197/2010; Fed. 9.696/1998; Código Ética e Estatuto CREF2/RS;	<b>LEVE</b>
Permitir atuação de estagiário sem supervisão de Profissional habilitado	Leis Federais 9.696/1998 e 11.788/2008;	<b>GRAVE</b>
Ausência de placa sobre anabolizante	Lei Estadual 12.542/2006;	<b>LEVE</b>
Sem Profissional de Educação Física presente	Lei Federal 9.696/1998 e Lei Estadual 11.721/2002;	<b>GRAVÍSSIMA</b>
Permitir Profissional de Educação Física fora da área de atuação	Lei Federal 9.696/1998; Resolução do CNE e CFE 01 e 02/2002, 07/2004 e 03/1987. Resolução do CONFEF 045/2002;	<b>GRAVE</b>
Sonegação de informações/documentos e/ou embarço à Fiscalização	Código de Ética e Estatuto do CREF2/RS;	<b>GRAVÍSSIMA</b>
Desacatar Agente de Orientação e Fiscalização ou funcionário a serviço da fiscalização.	Estatuto do CREF2/RS e Código Penal Brasileiro;	<b>GRAVÍSSIMA</b>

**Art. 4º** O valor das multas a serem aplicadas serão de acordo a natureza da infração, assim discriminadas:

- a) Infração Leve: 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade vigente;**
- b) Infração Grave: 80% (oitenta por cento) do valor da anuidade vigente;**
- c) Infração Gravíssima: 100% (cem por cento) do valor da anuidade vigente;**

§ 1º O valor referência para as multa aplicadas às Pessoas Jurídicas de qualquer natureza e às salas de atividade física (SAF) e às Pessoas Físicas são as da data do trânsito em julgado do Processo Administrativo ou Ético.

§ 2º O valor da multa será correspondente à Resolução CREF2/RS que fixar o valor da anuidade vigente para Pessoas Jurídicas, nos casos das infrações cometidas pelas Pessoas Jurídicas de qualquer natureza e salas de atividade física (SAF).

§ 3º O valor da multa será correspondente à Resolução CREF2/RS que fixar o valor da anuidade vigente para Pessoa Física, nos casos das infrações cometidas pelos Profissionais de Educação Física.

§ 4º O valor da penalidade será cobrado mediante envio de boleto, cujo vencimento não será inferior a 90 (noventa) dias, sendo que a data deverá recair no último dia do mês.



**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 2ª REGIÃO**  
**CREF2/RS**



Profissional registrado, compromisso com a sociedade.

**§ 5º** Inexistindo o pagamento da multa, no seu respectivo vencimento, haverá atualização monetária pelo IPCA, calculado pelo IBGE, e o acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito a título de multa, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados até a data do pagamento.

**Art. 5º** No caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de 5 (cinco) anos, após a primeira, o valor da multa corresponderá ao dobro da antecedente, até o limite fixado no art. 1º da Resolução CONFEF nº Resolução CONFEF nº 321/2016.

**Art. 6º** No caso de não pagamento do valor da multa (penalidade) imposta, a mesma será passível de cobrança através do competente Processo Administrativo de Inscrição em Dívida Ativa.

**Art. 7º** O presente ato decisório entrará em vigor após sua publicação, gerando efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

**Art. 8º** Revoga-se a Resolução CREF2/RS 097/2015 e as demais disposições em contrário.

Carmen Masson  
Presidente  
CREF 001910-G/RS